

1
2 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB – CE**
3 **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**
4 **SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL, JUSTIÇA, CIDADANIA, MULHERES E**
5 **DIREITOS HUMANOS - SPS**
6

7 **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE CIB-CE,**
8 **REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2020 (LAVRADA SOB FORMA SUMÁRIA DE**
9 **ACORDO COM O ARTIGO 130, PARÁGRAFO 1º DA LEI Nº 6.404/76)**
10

11 Aos vinte e seis dias de junho do ano de dois mil e vinte, às 14:00 horas, à distância, por meio do
12 aplicativo *WEBEX MEETINGS*, realizou-se a 6ª Reunião Ordinária da CIB-CE para a qual todos(as)
13 os seus membros foram devidamente convocados(as) com a seguinte pauta: 1)Abertura; 2)Apreciação
14 e aprovação da Pauta; 3)Apreciação e aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária da CIB-CE;
15 4)Pactuação dos critérios de concessão de máscara de prevenção da disseminação e contaminação do
16 COVID-19; 5)Pactuação do cofinanciamento estadual por meio de blocos; 6)Plano de Apoio Técnico
17 e Educação Permanente para o quadriênio 2020/2023; 7)Informes. Em seguida foi iniciada de forma
18 remota a 6ª Reunião Ordinária da CIB-CE, com as participações dos seguintes membros: Célia Melo,
19 Mary Anne Libório, Arimatéia Oliveira, Márcia Dutra, Izaura Mendonça, Silvana Simões, Iêda de
20 Castro, Paulo Pimenta, Márcio Damasceno, Vanda Anselmo, Célia Leite, Glauciane Oliveira,
21 Francisca Mary e Sandra Moraes. Com quorum mínimo verificado foi dado início a reunião. O
22 coordenador Francisco Ibiapina cumprimentou a todos(as), passou para o primeiro item, apreciação
23 da pauta. Solicitou inversão do item 4 para deixar como último item, onde todos os participantes
24 estariam presentes, com a concordância foi aprovada a pauta. Passando para o item, Apreciação e
25 aprovação da Ata da 5ª Reunião Ordinária da CIB-CE, que foi aprovada. Dando continuidade foi
26 tratado o item, Pactuação do cofinanciamento estadual por blocos. Célia Melo explicou que a
27 regulamentação é através da portaria, que ficou de ser revisada na câmara técnica, tanto a dos blocos
28 como a revisão do 329/2017 da União. O coordenador passou a minuta da resolução para discussão,
29 que trata do cofinanciamento estadual do Sistema Único de Assistência Social – Suas e a transferência
30 de recursos na modalidade fundo a fundo por meio de blocos de financiamento. Após a leitura da
31 minuta, o coordenador abriu a discussão. Iêda de Castro solicitou a título de esclarecimento, sobre
32 benefícios eventuais, perguntou se é repassado para uma conta específica. Vanda manifestou que a
33 vantagem é de unificar o bloco da especial, na realidade a alteração é essa. Considerando que não
34 temos cofinanciamento para alta complexidade, os municípios com Creas, hoje não podem utilizar o
35 Paefi, então nivela o financiamento do Suas estadual com o do governo federal, então se faz necessário
36 lutar pela ampliação do cofinanciamento, principalmente da especial dentro do momento que estamos
37 atravessando. Apresentou uma sugestão na questão da redação na minuta, foi feito. Célia pontuou
38 que, atualmente só faz flexibilizar, a regulamentação será através de portaria, um ato normativo, que
39 passará pelo conselho. Quanto ao financiamento da alta complexidade, Mônica Gondim colocou que
40 já tem um recurso reservado com base nos serviços que foram municipalizados, teremos que discutir,
41 porque não foi apresentado e nem pactuado. Iêda sugeriu suprimir termos no art.3º, senão ficaria
42 redundante. Vanda pontuou que não tem sentido colocar Proteção Social no âmbito da união e do
43 estado. O coordenador submeteu a resolução para apreciação e pactuação. Foi pactuada a resolução
44 que trata do Cofinanciamento Estadual do Sistema Único de Assistência Social – Suas e a
45 transferência de recursos na modalidade fundo a fundo por meio de blocos de financiamento.
46 Passando para o item, Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente para o quadriênio 2020/2023.
47 Célia informou que, tem uma apresentação a ser feita. Célia informou que, o plano foi encaminhado
48 há dois meses, essa semana foi encaminhado cópia com alterações e atualização mais do diagnóstico.
49 Informou que, os temas, na maioria que estão no Plano de Educação Permanente do ano de 2020 a
50 2023, são temas oriundos das oficinas realizadas no mês de outubro e novembro. Foi trabalhado os
51 indicadores e no último dia sugestões de temas para o Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente.
52 Foi acrescentado pontos de legislação, considerando que no próximo ano teremos novos gestores.

53 Explicou que as alterações não são referentes aos temas e sim ao período. Perguntou aos membros se
54 optam por uma apresentação, ressaltando que é bem objetiva ou se parte para o debate. Apresentação
55 consta as metas do plano, diagnóstico da quantidade dos trabalhadores do Suas, no estado do Ceará,
56 o objetivo e as ações planejadas por cada área essencial do Suas, Básica, Especial e Gestão do Suas.
57 Iêda pontuou que foi feita uma consulta junto aos municípios como está sendo o processo de trabalho
58 nesse momento, não seria interessante aguardar o retorno e incluir no plano novo processo de
59 trabalho. Acredita que perdure até dezembro, então alguns processos de trabalho, como trabalho
60 social com famílias, podem precisar de alguma discussão metodológica, oportunizando um plano
61 atualizado. Célia ponderou que em termo de temas poucas mudanças poderão acontecer.
62 Possivelmente são as estratégias de como trabalhar essas questões, os temas em si estão contemplados.
63 As estratégias é que poderão diferenciar, lembrou como o plano é para quatro anos, todo ano o plano
64 é revisado e avaliado. Explicou que é desdobrado, em plano de ação anual, oportunizando atualizar e
65 incluir novos temas. Iêda considerando que consta o plano de apoio, raciocinou que se faz necessário
66 estudar o diagnóstico que sugeriu pós pandemia. Exemplificou que seu plano anual, precisa ser revisto,
67 então é muito provável que o Plano de Educação Permanente surjam demandas para ajudar o
68 município. Diante dessa situação gostaria de ver os temas para saber se atendem o pós pandemia. O
69 seu questionamento é mais voltado para o conteúdo, que o plano 2020 poderá incluir demanda do
70 momento. Arimatéia destacou, caso não aconteça mudanças de adaptação é favorável a pactuação.
71 Célia solicitou esclarecer dois pontos, citou que temos o prazo de pactuação, considerando que irá
72 para o Ceas. Explicou para Iêda que, a Gestão do Suas está trabalhando com os municípios nos planos
73 de contingência, desde o mês de abril, é mensal, a orientação dada é sobre a revisão dos planos de
74 assistência. Explicou que, o plano de contingência é um plano da Assistência Social, de ações
75 planejadas que não estavam contempladas nos planos que os municípios elaboraram e nem o estado
76 do Ceará. Tendo em vista a não previsão da pandemia. Célia afirmou que na questão conteúdos e
77 temas poderá apresentar. Ressaltou que foi enviado para todos os membros desta CIB. Arimatéia
78 registrou que foi analisado e pactuado o plano de 2016/2019, então basicamente teve algumas inclusões
79 de temas. Ressaltou que os municípios precisam desse olhar, além da formação, capacitação,
80 monitoramento e acompanhamento de novos arranjos no meio da pandemia. Segundo Arimatéia,
81 precisamos trabalhar as estratégias, conforme afirmou Célia Melo, então já pode ser pactuado.
82 Ressaltou que todas as temáticas, tenham as estratégias necessárias para Política de Assistência Social
83 no enfrentamento ao COVID-19. Glauciane concordou com o posicionamento de Arimatéia,
84 afirmando que já conhece o plano, mas gostaria de perguntar a Célia qual o conteúdo da apresentação
85 considerando que linhas gerais já se conhece, então se não tiver mudanças de metas é favorável
86 pactuar hoje, com a perspectivas de revisão. Célia Melo respondendo a Glauciane sobre a
87 apresentação, explicou que consta no diagnóstico sobre os trabalhadores, objetivos do plano e das
88 ações que serão desenvolvidas de apoio técnico e educação permanente. Colocou todas as ações
89 planejadas da Coordenadoria Básica, da Especial, Gestão do Suas e Criança Feliz. Destacou que os
90 temas não mudarão e sim as estratégias a serem adotadas tendo em vista a pandemia. O coordenador
91 perguntou aos membros se é necessário apresentação, considerando que o conteúdo é o mesmo que
92 poderá partir para pactuação, claro, se todos estiverem de acordo. Vanda solicitou um esclarecimento,
93 afirmando que Célia falou bem dos conteúdos, se foi pensado a metodologia e o processo como
94 acontecerá, considerando que estamos em outro momento de trabalho. Solicitou que os slides sejam
95 passados para secretária executiva para encaminhar aos membros. Célia informou que, foi concluído
96 o terceiro boletim da vigilância socioassistencial, sobre a pesquisa feita, oitenta e seis municípios
97 responderam, então esses dados coletados serão agregados ao diagnóstico da Política de Assistência
98 Social no âmbito do estado. Outra questão é em relação do aumento da demanda pela Assistência
99 Social, mesmo com aumento da vulnerabilidade e dos riscos sociais não alteram o conteúdo, o que
100 altera são as estratégias, como abordar os trabalhadores, gestores e conselheiros. Gostou muito da
101 sugestão do trabalho social com as famílias, temos uma programação em parceria com Zelma
102 Madeira. Trata de uma capacitação integrada da Básica, Especial e Gestão do Suas, com povos e
103 comunidades tradicionais. Em seguida o coordenador procedeu com a leitura da minuta da resolução
104 do Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente dos gestores, trabalhadores e conselheiros do Suas

105 do órgão gestor estadual da Política de Assistência Social. Vanda sugeriu dentro do contexto de
106 capacitação remota, pensar nos formatos, uma articulação com a Escola de Governo, porque dispõe
107 de plataforma em AD, ela é do estado, a partir dessa articulação deixar cursos acessíveis, facilitará e
108 dará incremento na formação com curso disponíveis na plataforma para que profissionais, gestores e
109 conselheiros possam estar realizando, tornando-se um processo continuado, disponível e acessível.
110 Acredita que otimiza esse processo, sabe que requer um esforço grande da SPS para montar os cursos,
111 acredita ser uma boa sugestão. Márcia Dutra registrou que a Proteção Social já realizou curso na
112 Escola de Gestão, foi muito boa, na área de AD de segurança alimentar, foi negociado, mas esbarrou
113 na parte de recursos. Célia Melo registrou que já realizou contato com a escola, o complicado é que
114 seria curso apenas para gestão, não entraria em cursos de atividades finalistas. Arimatéia sugeriu
115 outras possibilidades, citou o *Google Classroom*, no sentido de atender as demandas crescentes. Foi
116 pactuado o Plano de Apoio Técnico e Educação Permanente dos Gestores, Trabalhadores e
117 Conselheiros do Suas, a ser desenvolvido pelo órgão gestor estadual da Política de Assistência Social
118 referente ao quadriênio 2020 a 2023. Em seguida foi tratado o item, Pactuação dos critérios da
119 concessão de máscaras de prevenção da disseminação e contaminação do COVID-19. O secretário
120 Ibiapina, informou que durante uma reunião do comitê da CIB, com a participação da secretária Dr^a
121 Socorro França, informou no Comitê Central a aquisição de máscaras feitas pelo Sesa para
122 distribuição a população, com apoio da SPS, tendo em vista a experiência exitosa do vale gás, então
123 pensou numa ação integrada saúde e assistência social. Ficou acertado que o Ipece, através de dados
124 do CadÚnico com dados da saúde, propor um índice para fazer o quantitativo necessário para cada
125 município. Registrou que foi acionada a SPS pelo gabinete do governador para iniciar a distribuição
126 de máscaras. A SPS decidiu fazer uma proposta de distribuição de quantitativo por município, uma
127 distribuição direta por base no CadÚnico. Contamos com um milhão e quatrocentos mil famílias no
128 CadÚnico no interior do estado, e um milhão de máscaras para serem distribuídas. Foi feita uma
129 proporção, definida a quantidade de máscaras para cada município. Foi excluído desse lote o
130 município de Fortaleza que serão atendidos pelas máscaras doadas pelo Banco do Santander. O
131 coordenador mencionou que Arimatéia colocou no grupo a necessidade de uma pactuação, para
132 discutir os critérios de distribuição. O secretário registrou que no dia anterior, foi a reunião do Comitê
133 Central, quinta-feira, perguntou se Vanda participou da reunião. Vanda disse que infelizmente não
134 deu para participar. Registrou que na reunião seria uma das pautas, a distribuição de recursos
135 federais em andamento para o SUS e Suas. Vanda voltou a falar que foi instituído um subgrupo para
136 dar suporte a SPS e Coegemas. Vanda registrou que participar das reuniões como ouvinte e fazer
137 algumas sugestões, sem dados, sem uma concretude que possa potencializar a rede, fica muito desleal.
138 Considerando que o comitê é composto pelo setor produtiva, saúde, as universidades, com foco na
139 crise sanitária e na retomada da economia, sem contar do pouco conhecimento da Rede Suas.
140 Ressaltou que é preciso obter dados, com argumentação forte. Voltando para distribuição de
141 máscaras, Vanda pontuou que já começou o processo de distribuição, estão utilizando a base do
142 CadÚnico, indagou como. O coordenador entrevistado para informar que a base do CadÚnico é usada
143 como parâmetro. Segundo o secretário, o município tem cento e cinquenta mil famílias no CadÚnico
144 proporcionalmente ele irá receber cento e trinta mil máscaras. Foi feito um cálculo de quantidade de
145 máscaras por município proporcionalmente a quantidade de famílias que estão no CadÚnico.
146 Ressaltou que foi só uma referência para saber o quantitativo por municípios, a distribuição não irá
147 contemplar todas as famílias do CadÚnico, em média 70%. Outra questão levantada pelo secretário,
148 os municípios receberiam as máscaras, junto com a relação dos beneficiários encaminhadas pelo
149 estado, como parâmetro para o município na distribuição. Márcia Dutra pontuou que os municípios
150 dispõem da base de dados, então perguntou mesmo os municípios que têm esses dados, ainda precisa
151 encaminhar a lista. Ibiapina registrou que a lista da SPS é do CadÚnico, assim sendo, as máscaras
152 serão distribuídas para famílias do CadÚnico. Vanda Anselmo solicitou a palavra, falou do
153 quantitativo do vale gás num total de duzentos e cinquenta mil, seguindo seu raciocínio são um milhão
154 de kits de máscaras. Lembrou que cada município estabeleceu a sua metodologia de entrega, uns
155 coletivamente nos Cras, outros nos domicílios, temos áreas rurais extensas, uma realidade diversa de
156 cada município. Citou o caso do município de Russas que, optou pela entrega domiciliar, que

157 aconteceu com vale gás, não foi localizado ainda todos, foi feito inúmeras formas de busca ativa, mas
158 não conseguimos localizar todas as famílias, no seu município conta com quatorze mil na base do
159 cadastro, com seis mil famílias no Bolsa Família. Primeiro quer saber o critério que estão no cadastro
160 que vão receber, a forma de entrega dessas máscaras. Cada município irá estabelecer a sua
161 metodologia de acordo com as condições do município. Gostaria de ouvir os colegas secretários que
162 terá uma dimensão cinco vezes maior do que o vale gás. O secretário Ibiapina solicitou uma
163 complementação, primeiro quando foi feita essa divisão utilizando o CadÚnico como parâmetro, foi
164 feito dentro de cenário que foi construído na reunião do comitê, o Cadastro Único foi feito para
165 dimensionar o quantitativo, mas a distribuição teria cada município sua autonomia, concentrando
166 todos no CadÚnico, faria de outra maneira, aqueles que são acompanhados pelos agentes de saúde,
167 poderiam receber como também os que forem barrados numa barreira sanitária ou uma fiscalização
168 normal, poderiam receber. A questão agora é a exigência de uma lista que vai de encontro o que foi
169 conversado na segunda-feira, essa diretriz surgiu nesse dia. Indagou como enfrentar essa situação,
170 consegue atender essa diretriz e ao mesmo tempo que os municípios tenham sua autonomia
171 preservada, a sua característica local na distribuição. Sugeriu que o estado encaminhará, até por
172 questão de diretriz superior, a relação do CadÚnico das famílias. Pensa que é possível pactuar na CIB,
173 mesmo sendo encaminhada uma relação do CadÚnico, outros critérios podem ser atendidos para
174 distribuição das máscaras e não aquela lista encaminhada pelo estado, então perguntou é possível
175 pactuar, podemos pactuar outros atendimentos de acordo com a peculiaridade local, mas que estejam
176 no CadÚnico. Arimatéia se for para vim com rubrica, vem com o nome e o CPF de quem vai ganhar
177 a máscara, dando a responsabilidade ao estado. Caso seja para os municípios definir quem vai receber
178 ou não, eu particularmente não quero receber. Assumir essa responsabilidade, se o estado definir
179 quem vai receber, tranquilo, recebe em Fortaleza, com a entrega feita pelos agentes de saúde e coletar
180 assinatura das pessoas sem problemas, dividindo por território. Pontuou que é 70% das famílias que
181 estado no Cadastro Único, ou seja ficará famílias fora do cadastro, então o governador anuncia que
182 são famílias que estão no Cadastro Único. Registrou que terá famílias que não receberão, então qual
183 a justificativa para fornecer, fica muito complicado. Sugeriu que serão beneficiados 70%, seria
184 conveniente gerar filtros, que venha 70% na listagem, com os beneficiários, concluiu afirmando que
185 está muito confuso. Mary compartilhou da angústia de Arimatéia, afirmando que já foi pegar as
186 máscaras em Fortaleza, em Reriutaba conta com quatro mil trezentos e doze famílias não
187 contempladas. Quanto a dinâmica de entrega foi acertada, mas a justificativa de quem não receberá
188 não temos. Silvana Simões solicitou a palavra, considerando o número insuficiente de máscaras para
189 todos do CadÚnico, sugeriu criar os critérios de entrega para o Bolsa Família e o BPC, a quantidade
190 seria suficiente. O coordenador diz que a grande dificuldade é pelo fato das máscaras que estão
191 chegando nos municípios, gerando uma pressão. Informou que, trinta e um municípios já receberam,
192 então a prioridade são eles no momento, solicitou que os municípios que receberam, seria oportuno
193 que não fosse entregue, tentasse aguardar uma definição. O coordenador ressaltou que os critérios
194 estabelecidos tem como parâmetro o CadÚnico. Célia Melo concordou com a sugestão de Silvana,
195 informou que na reunião do comitê, o estado poderia tirar pelo CadÚnico. Foi colocado na reunião
196 que o município teria autonomia, considerando o cadastro e a incidência de casos de COVID-19 no
197 município. Vanda Anselmo, tendo um deficit de 30% de máscaras, então seria trezentas mil máscaras.
198 Mary Anne informou que no mês de maio, o total é de um milhão oitenta e cinco mil e seiscientos trinta
199 e seis famílias, fora Fortaleza, no total geral um milhão quatrocentos e trinta e duas famílias no
200 interior do estado, referente ao mês de abril. Vanda destacou que seria interessante uma definição
201 prática e objetiva, considerando que não é equitativa, não é justa, se colocariam as máscaras doadas
202 pelo Banco Santander e a SPS providenciaria outras alternativas para Fortaleza. Vanda pontuou que
203 o governador divulgou uma decisão sem diálogo com gestores municipais. Recomendou que a
204 secretária Dr^a Socorro França e o secretário Ibiapina, mas precisa ser minimamente dialogada, nesse
205 modelo, causará um problema para o município. Lembrou que o momento de política eleitoral, o
206 promotor, a população, a oposição, irão argumentar que recebeu para as famílias do cadastro, mas
207 não contempla todas as famílias do CadÚnico. É preciso encontrar a estratégia para chegar a base do
208 cadastro e posterior pensar em Fortaleza. O secretário Ibiapina registrou que qualquer solução que

209 possa ser construída, é importante. Explicou que as máscaras do Santander não são viáveis. Acredita
210 que a solução mais viável, é estabelecer critérios e fazer a lista, quem devem receber. Iêda acha que a
211 posição do governador é bem típica de quem não entende, o Suas, a posição do governador é muito
212 tradicional o que é Assistência Social. É lamentável, porque é uma pessoa respeitada, tem acertado
213 muito, mas em relação a Assistência Social como direito, ele está muito longe de entender o que seja e
214 contribuir para isso. Então viramos uma ação social dessas bem precárias, mero distribuidor de
215 qualquer coisa. É muito desmotivante numa conjuntura dessa que estamos vivendo. Segundo Iêda,
216 como o governador gerou obrigação, ele tem obrigação de garantir que todos tenham acesso. Quanto
217 a base do Cadastro Único é base para critérios de partilha, não pode ser a base para distribuição, ela
218 tem que está associada as vulnerabilidades associadas ao COVID, na sua opinião, população idosa,
219 com deficiência, temos os dados, seriam o público prioritário para receber as máscaras. Indagou
220 porque o governo insiste numa relação nominal, considerando que a base não é atualizada, temos
221 dificuldades de localização de alguma família, o que aconteceu com o vale gás. Apresentou uma
222 proposta, estabelecer como irá distribuir é problema da Assistência Social, o que for pactuado tem
223 que ser bancado pela secretaria. Justificou tendo em vista o modus operandi dentro dos critérios
224 aplicados no Suas, não defende relação nominal e sim, critérios. Os critérios de distribuição seriam
225 famílias que estão no Cadastro Único, famílias do Bolsa Família, se colocar Bolsa Família e BPC está
226 de bom tamanho, não irá deixar ninguém de fora. Fechou pontuando que deixa essa liberdade dentro
227 desses critérios de seletividade para que o município trabalhe. Vanda Anselmo perguntou a origem
228 dos recursos. O secretário respondeu que é da Sesa. Vanda questionou como iremos distribuir, então
229 que a Sesa distribua. Glauciane concordou em não ter lista, pegar o cadastro de referência e o
230 município tenha a liberdade de fazer chegar onde precisa realmente. Célia Melo ratificou a proposta
231 de Iêda, está indo ao encontro da última reunião do comitê, foi esse o encaminhamento, teria o critério
232 geral do estado, que é o Cadastro Único, Bolsa Família, BPC, sugerido por Silvana, e outros critérios
233 que o município de acordo com sua realidade fazer a inclusão. Iêda ressaltou que não tem necessidade
234 de encaminhar a lista, considerando que todos os municípios possuem, diga para o governador que os
235 municípios possuem essa lista municipal, que orientação já foi dada, o cadastro a partir de qualquer
236 data. Dizer que enviar uma lista é muito desagradável, quer fortalecer a lógica dos municípios. É só
237 informar que, foi feito um acordo com os municípios que irão operar com a base do Cadastro Único,
238 priorizando Bolsa Família, BPC, com deficiência e idoso, considerando que não é possível contemplar
239 todas as famílias do Cadastro Único. O secretário afirmou que não é possível pactuar hoje, porque
240 precisa de um diálogo com a secretária. Iêda apresentou outra fundamentação para ser repassada ao
241 governador, a base do cadastro é família, então qualquer membro da família pode receber, diferente
242 do gás que é por pessoa. O secretário perguntou se os municípios estão confortáveis seguros para fazer
243 essa pactuação neste momento. Vanda registrou que é extremamente importante a discussão da lei
244 complementar, considerando que os recursos são para o SUS e Suas. O secretário informou que já
245 está recebendo documentação das coordenadorias para a secretária levar para o governador. O
246 secretário ficou de colocar no grupo da CIB a resolução para apreciação. O coordenador Francisco
247 Ibiapina agradeceu as presenças de todos e todas e deu por encerrada a referida reunião e eu, Elba
248 Carneiro Falcão de Almeida, secretária técnica da CIB-CE, lavrei a presente ata que após ser lida
249 será aprovada e assinada por todos(as) membros participantes da reunião. Fortaleza - CE, vinte seis
250 de junho de dois mil e vinte.